



1936 2011

/5/OE

ORDEM
DOS ENGENHEIROS
BASTONÁRIO

EXMO. SENHOR
PRESIDENTE
COMISSÃO PARLAMENTAR DE ORÇAMENTO,
FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DEPUTADO EDUARDO CABRITA
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA - PALÁCIO DE S. BENTO
1249-068 LISBOA

V/Ref.ª: Ofício n.º 78/COFAP/2012
de 22-02-2012

N.º 112 - SG
P.º 1.3/CMR/VGB/ta

2012-03-05

Assunto: Exposição sobre processos de seleção de peritos locais para Avaliação Geral dos Prédios Urbanos pela Ordem dos Engenheiros, em colaboração com a DGCI

Ex.º S. Presidente, Deputado Eduardo Cabrita,

Relativamente ao teor do ofício enviado por V. Exa. sobre o assunto e referências supra mencionados, informo o seguinte:

1. A colaboração solicitada pela ex-DGCI está prevista no artigo 6.º da Lei n.º 60-A/2011, de 30 de Novembro, no aditamento ao Decreto lei n.º 287/2003, no n.º 5 do artigo 15.º-I;
2. A prestação da colaboração da Ordem dos Engenheiros (OE) decorre da atribuição prevista na alínea j) do artigo 2.º do Estatuto, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/92, de 30 de Junho;
3. A OE seguiu nas normas preparadas para o recrutamento as orientações que a ex-DGCI, indicou como sendo seguidas pela própria Direção Geral nos respetivos recrutamentos para idênticas prestações de serviços;
4. Foi indicado pela ex-DGCI que a função de perito local seria realizada através dum contrato de prestação de serviços entre cada Serviço de Finanças e o interessado. No ato do contrato todos os detalhes legais serão certamente cumpridos;
5. Por indicação da ex-DGCI e no âmbito do disposto no n.º 3 do artigo 63.º do Código do IMI, o recrutamento de membros da OE foi restringido aos membros efetivos, Engenheiros Cívicos;
6. O recrutamento constou de recolha de candidaturas, pontuação e ordenamento para as vagas existentes nos Serviços de Finanças do Continente e Regiões Autónomas constantes das listas facultados pela ex-DGCI;
7. A data de publicação das notícias no Portal Eletrónico da OE é a que consta em destaque na primeira linha de cada notícia;
8. O anúncio do processo de candidatura foi publicado em 2 de Janeiro de 2012;
9. Desde o primeiro momento foram mantidos e divulgados endereços eletrónicos e linhas telefónicas para obtenção de informação e esclarecimentos sobre o processo de recrutamento de peritos;
10. O referido anúncio incluía as bases do critério de seleção, nomeadamente incluindo a indicação dos 3 fatores de apreciação a considerar:
 - i. Tempo de inscrição na OE como membro efetivo na especialidade de Engenharia Civil;
 - ii. Experiência adquirida nas áreas da avaliação fiscal e /ou imobiliária;
 - iii. Formação específica relevante.



1936 2011

/5/OE

ORDEM
DOS ENGENHEIROS
BASTONÁRIO

11. No dia seguinte à data de publicação do anúncio (em 3 de Janeiro) foi enviada uma mensagem de correio eletrónico a todos os Engenheiros Cíveis que disponibilizaram endereço eletrónico à OE (mais de 18 000), divulgando o processo de recrutamento;
12. A 6 de Janeiro, portanto três dias antes da data limite de apresentação das candidaturas, foi acrescentado o detalhe de pontuação de cada um dos 3 fatores e os respetivos valores limite, mínimo e máximo, bem como a fórmula de cálculo; refere-se que, por lapso, esta nova data de publicação não foi afixada, tendo-se mantido na notícia, a anterior data de 2 de Janeiro;
13. As candidaturas foram recebidas no Continente, nas sedes das 3 Regiões da OE e nas Regiões Autónomas, nas Sedes das 2 Secções Regionais; as candidaturas também podiam ser enviadas por correio normal e por correio eletrónico;
14. Os Júris de seleção foram formados nas Regiões e Secções Regionais;
15. Depois de efetuada a receção das candidaturas e realizada pelos Júris a pontuação das candidaturas e o ordenamento por Serviço de Finanças, os resultados foram publicados no Portal e foi enviada a todos os candidatos uma mensagem de correio eletrónico, mencionando tal publicação para possibilitar aos interessados a respetiva consulta;
16. Seguiu-se um período de reclamações e a afixação dos resultados do ordenamento final;
17. Uma vez que ficaram vagas por preencher, procedeu-se a uma segunda fase de candidaturas, apenas para os candidatos que tinham concorrido inicialmente e que não tinham ficado selecionados, seguindo-se o mesmo procedimento usado na fase inicial;
18. A menção à “disponibilidade total” constava no aviso, na secção de “informação geral”, nos seguintes termos: “Devido à quantidade de avaliações a realizar no período fixado, a DGCI prevê que a função de perito local exija disponibilidade total”, e não constituía um requisito, mas sim uma informação relacionada com o elevado número de avaliações a realizar num curto espaço de tempo e tendo em vista desencorajar a candidatura a quem não pudesse prestar o serviço em regime intensivo;
19. Relativamente a impedimentos, o formulário de candidatura (anexo), incluía declarações relativas aos impedimentos indicados pela ex-DGCI, nomeadamente quanto a exercício de funções na mesma autarquia onde o candidato pretendia ser perito e quanto à condição de aposentado da Administração Pública.
20. O impedimento de cada candidato em função da relação de trabalho com a respetiva entidade patronal, para os candidatos que não fossem trabalhadores independentes, não constava dos requisitos da ex-DGCI, cabendo a cada candidato observar as condicionantes específicas com a própria entidade patronal, como é habitual na Administração Pública e nas empresas.

Mantendo-se a OE disponível para os esclarecimentos complementares entendidos como necessários pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública a que V. Exa. preside, apresento os meus melhores cumprimentos.


Carlos Matias Ramos

Anexo: O mencionado

SEDE
Av. António Augusto de Aguiar, 3 D
1069-030 LISBOA

T 213 132 600 F 213 132 615
www.ordemengenheiros.pt
secretariageral@ordemdosengenheiros.pt